



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES

1 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na Decisão Plenária n. 439/98 do Tribunal de Contas da União.

2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a realização do "Workshop Playback Theatre" para uma turma de até 25 servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

O workshop será realizado nos dias 9 e 10/12/2019, com carga horária 16 (dezesseis) horas, na modalidade de Ensino Presencial, conforme agenda adequada aos participantes e empresa contratada.

2.1 Dados da instituição promotora

Razão Social: Ferrara Consultoria em Relacionamentos
Ltda.

CNPJ: 71.737.696/0001-81

Endereço: Rua Nilo, 270 – Bairro Aclimação, São Paulo SP,
CEP: 01533-010

Contato: Antonio Ferrara

E-mail: ferrara@playback.com.br

Tel: 11 2936-1241/ 9 8135-4040



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dados Bancários: Banco Bradesco, Agência 1550-4 – Conta corrente nº 787-0

2.2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Os temas a serem abordados estão indicados no Evento SEI [0472261](#).

2.3. PÚBLICO-ALVO

Servidores de zonas eleitorais e servidores inscritos.

3 - JUSTIFICATIVA:

3.1. Da Necessidade: o programa Eleitor em Perspectiva trata de um conjunto de ações deflagradas pelo TRE-RO com o intuito de antecipar situações em que eleitores, mesários, monitores e apoiadores do processo eleitoral com pouco conhecimento do tema comprometam o bom andamento das eleições que se avizinham. No estudo inicial do projeto foi detectado que a comunicação com nossos diversos públicos necessita de aperfeiçoamento, dado que as cobranças da sociedade estão cada vez mais volumosas. O imprevisto tornou-se matéria essencial, posto que em muitas ocasiões temos nosso trabalho posto sob desconfiança do público externo, o que gera a possibilidade de ataques públicos e diretos em meios de comunicação. Ocorre que a resposta a esses eventuais ataques e situações inesperadas requer de nossos servidores mais do que presença, requer a capacidade de perceber o momento, o impacto e rapidamente desenvolver comunicação eficaz.

O Workshop proposto contempla o uso de duas técnicas distintas, o Teatro Forum, que permitem aos participantes interagir de maneira apropriada com seu público e o Playback Theatre, que permite aos instrutores a recriação de cenas do cotidiano sem a necessidade do desenho de roteiros e scripts. As técnicas propostas vislumbram despertar nos participantes habilidades essenciais a treinadores, como improviso, desinibição, interpretação, cooperação em cena, ação em conjunto e desenvolvimento de texto.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A capacitação encontra-se registrada no Plano Anual de Capacitações 2019, sob n.20190100, que comporta as ações de capacitação necessárias ao Programa Eleitor em Perspectiva.

3.2. Da inexigibilidade de Licitação:

A inexigibilidade de licitação se respalda no **Acórdão 439/1998 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.

3.2.1. Da singularidade do serviço:

O workshop Playback Theatre versa sobre conteúdo técnico na área de comunicação interpessoal, com o uso dos recursos de teatro para oferecer aos interlocutores melhor compreensão do que se deseja comunicar. A aplicação dos conceitos envolvidos dependerá da cultura organizacional, da reação dos participantes aos conteúdos apresentados, do momento e das características pessoais, da interação entre instrutor e turma, bem como do senso de propósito e compromisso dos servidores. A intervenção pessoal do docente é determinante para a obtenção dos resultados esperados. Tem-se como premissa em casos como esses que o objeto é de natureza **singular**, posto não ser repetível e os resultados obtidos com a sua contratação estão amplamente sujeitos às variáveis do ambiente.

3.2.2. Da escolha do notório especialista:

Para a execução do presente objeto, optou-se pelo diretor de teatro Antônio Ferrara, cuja formação e qualificações estão descritas em seu currículo (Evento [0472261](#)). Sua experiência como instrutor em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

treinamentos e workshops de teatro o qualifica como **notório especialista** na matéria.

3.3. DO ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor.

4 – DO VALOR

O valor a ser contratado é de R\$ 18.400,00 (dezoito mil e quatrocentos reais). Resultando o custo por pessoa, caso se concretize a formação de uma turma de até 25 servidores, em R\$ 316,00.

Dispõe o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública. Determina, ainda, o art. 43, inciso IV, dessa lei, que os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

4.1. Da compatibilidade com o mercado:

A compatibilidade com o mercado foi devidamente comprovada com a contratação da primeira turma (evento [0448744](#)). A pequena diferença de valores entre as duas turmas se deve ao período que será realizado o curso, no qual verifica-se majoração no valor das passagens aérea considerando a época de alta temporada de final de ano. Segundo o contratado, outro ponto da majoração do valor de sua proposta também ocorreu em razão do ajuste da tributação do Estado de Rondônia.

5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação
PLANO INTERNO	ELEITOR EM PERSPECTIVA
VALOR	R\$ 18.400,00 (dezoito mil e quatrocentos reais)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6- DO PAGAMENTO

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos certificados e nota fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

7- DO CONTRATO

I - O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.

IV - A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

VI - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8- DAS OBRIGAÇÕES DO TRE

São obrigações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

1. Informar à empresa contratada os dados dos servidores;
2. Disponibilizar local e coffee break para a realização do evento;
3. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento dos certificados de participação e da fatura;
4. Avaliar a qualidade do treinamento realizado.

9- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

São obrigações da empresa contratada:

1. Garantir a realização do curso, conforme descrito na proposta em anexo ([0472261](#)), nos dias 9 e 10/12/2019;
2. Fornecer material didático, caso necessário.
3. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública/ Seguridade Social (certidão negativa de débitos), com o FGTS (certificado de regularidade de situação), com o CNJ (Certidão Negativa de Improbidade Administrativa) e perante a Justiça Trabalhista;
4. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega dos certificados.

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

item 8, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

11 – DAS GARANTIAS

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços deverá ocorrer em observância ao conteúdo programático nos dias 9 e 10/12/2019.

13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE.

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento será verificada:
 - a) a confirmação do evento no prazo definido;
 - b) a regularidade fiscal da empresa.
2. Durante a execução do evento verifica-se:
 - a) a presença do instrutor;
 - b) a regularidade das aulas;
 - c) o cumprimento dos horários;
 - d) o fornecimento dos materiais;
 - e) demais itens inclusos na contratação.
3. Após a execução do evento verifica-se:
 - a) o cumprimento da carga-horária;
 - b) a avaliação do evento pelos participantes;
 - c) a emissão dos certificados;
 - d) Envio da Nota Fiscal para efetivação do pagamento.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

14 – DOS ANEXOS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto à Receita Federal/ INSS, ao FGTS, ao CNJ e à Justiça Trabalhista, (Eventos: [0474290](#), [0474297](#), [0474299](#) e [0474300](#)), portanto apta a contratar com a Administração Pública.

b) Proposta (Evento [0472261](#)).

Documento assinado eletronicamente por **ELZA MARIA SANZOVO GRANO**, **Chefe de Seção**, em 21/11/2019, às 12:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002612-82.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL – SEDES

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – CURSO FECHADO – Workshop Playback Theatre.

PARECER JURÍDICO Nº 0481782 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL – SEDES, com vistas a contratar a empresa **Ferrara Consultoria em Relacionamentos Ltda. CNPJ: 71.737.696/0001-81**, para a realização do curso **Workshop Playback Theatre** para 02 (duas) turmas de até 25 (vinte e cinco) servidores deste Tribunal Regional Eleitoral, que será realizado nesta Capital, na modalidade Ensino Presencial, nos dias 09 e 10/12/2019 com carga horaria de 16 (dezesseis) horas, conforme agendamento adequado aos participantes e à empresa contratada.

02. O valor da contratação é de R\$ 18.400,00 (dezoito mil e quatrocentos reais), resultando o custo por pessoa, caso se concretize a formação de uma turma de até 25 servidores, em R\$ 316,00 (trezentos e dezesseis reais) conforme item 4 do Projeto Básico SEDES ([0479585](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

03. Visando conferir a regularidade da empresa, juntou-se aos autos: Certidão Negativa de Cadastro no FGTS ([0474290](#)); Certidão Negativa Tributos Federais ([0474297](#)); Certidão Negativa Trabalhista ([0474299](#)) e Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ ([0474300](#)).

04. O conteúdo e a data do curso estão devidamente descritos no Anexo de Proposta ([0472261](#)).

05. Verifica-se que consta, ainda, no referido Projeto Básico SEDES ([0479585](#)), a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, pagamento, contrato, as obrigações do TER e da contratada, as penalidades, o prazo de execução e quanto a gestão e fiscalização.

06. Por intermédio da Remessa ([0479282](#)), a unidade direcionou os autos à COMAP para a análise do Termo de Referência/Projeto Básico e seus anexos, em seguida à COFC para programação orçamentária da possível despesa, e, por último, a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico.

07. A SPOF ([0479628](#)) procedeu a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 18.400,00 (dezoito mil e quatrocentos reais)**, indicando o Plano Interno AOSA GRAVFO e o Pré-Empenho n. 2019PE000399, para custear a despesa, oportunidade em que a unidade informou que *a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro, com a proposta orçamentária 2019 registrada no processo n. 0000017-47.2018.6.22.8000.*

08. A Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação do Projeto Básico, nos termos do inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE/RO n. 004/2008, concluiu pela regularidade fiscal, trabalhista e de FGTS da empresa, em análise formal, verificou que o PB complementado pela proposta da empresa encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inc. IX, art. 7º, inc. I e art. 14 da Lei n. 8.666/93, ao tempo que se manifestou, caso a Autoridade Superior aprove o Projeto Básico, pela adjudicação do objeto à proponente, ([0479861](#)).

09. Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta AJDG para emissão de parecer jurídico. **É o relatório.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - ANÁLISE JURÍDICA

2.1 DOS REQUISITOS LEGAIS: SINGULARIDADE E NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO – ART. 13, inciso VI, DA LEI N. 8.666/93.

10. A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de exceções à regra geral.

11. Não por outro motivo, a Lei n. 8.666/93 disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

12. Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração de contratar serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal - situação definida pela Lei de Licitações em seu **art. 13, inc. VI** - tem aplicação, em princípio, a inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I – [...]

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

[...]

13. Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu ser inexigível a dispensa de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13 do Código de Licitações. Assim, cuidou de qualificar tais serviços, exigindo desses o preenchimento de dois requisitos gerais: **a) natureza singular; b) prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

14. Quanto à singularidade, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum.

15. A esse propósito, veja-se a lição de **Jacoby**: “Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preços, de dimensões, de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

localidade, de cor ou de forma (Fernandes JU Jacoby – Contratação direta sem licitação, 7º ed, Belo Horizonte, Fórum, 2007, p. 596).

16. E, de tal jaez é a posição consolidada pela Corte de Contas (Acórdão TCU n. 2993/2018 – Plenário):

23. Em sintonia com a Suprema Corte, o Min. Benjamin Zymler relatou o Acórdão 7.840/2013-TCU-Primeira Câmara, que serviu de base para uma série de outros julgados deste Tribunal, a exemplo do Acórdão 1.585/2016-TCU-Plenário (relatado pelo Min. Walton Alencar Rodrigues) e do precitado Acórdão 10.940/2018-TCU-Primeira Câmara.

24. No voto que fundamentou aquele *decisum*, o relator reiterou que o conceito de singularidade não está vinculado à ideia de unicidade, pois não é exigível, para fins de subsunção ao art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993, que um serviço que possa ser prestado exclusivamente por uma única pessoa.

25. Além disso, restou consignado, também, que a singularidade pressupõe complexidade e especificidade, devendo ser compreendida como uma situação diferenciada e sofisticada que exige grande nível de segurança, restrição e cuidado.

17. Como registrado no acórdão acima transcrito, as decisões mais recentes do TCU caminham no sentido da demonstração - tão só - da singularidade para caracterizar a inexigibilidade competitiva para a contratação desse tipo de serviço técnico. Todavia, mesmo que assim não fosse, há nos autos farta comprovação da notória especialização da empresa a ser contratada atendendo à saciedade a exigência estatuída pelo art. 25, § 1º da Lei n. 8.666/93, *verbis*:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

18. Referida comprovação, por sua vez, também atende à recomendação contida em decisões majoritárias do TCU, todas exigindo a demonstração de ambos os requisitos, *vg*:

Decisão TCU n. 103/98 – Plenário:

1.6 - somente realize a contratação sem licitação com base na notória especialização do contratado (art. 25, II, da Lei nº 8.666/93) quando houver inviabilidade de competição entre possíveis interessados, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, a qual não será subcontratada, caso em que se caracterizaria a inviabilidade de competição.

19. Em arremate, releva transcrever ementa do voto do Ministro Eros Grau, proferido nos autos da Ação Penal AP 348/SC.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:

EMENTA: AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL. A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (DJ 03/08/07 p.30). (**Grifou-se**).

2.2 DOS REQUISITOS LEGAIS: RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO: ART. 26, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 8.666/93.

20. Embora se trate de capacitação que pode ser contratada diretamente, a Lei n. 8.666/93 estabelece a observância de alguns **requisitos legais de caráter genérico** aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; **b)** a justificativa do preço. Veja-se:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

[...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

21. As exigências dos incisos I e IV são inaplicáveis ao caso em exame. Já a **escolha do fornecedor** e a **justificativa do preço estão demonstradas de forma satisfatória** pelas razões expostas nos itens 2, 3 e 4 do Projeto Básico ([0479585](#)) elaborado pela **SEDES**, esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos.

III - CONCLUSÃO

22. Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica conclui:

I – pela possibilidade da contratação direta da empresa **Ferrara Consultoria em Relacionamentos Ltda**, CNPJ: 71.737.696/0001-81, para ministrar o curso "**Workshop Playback Theatre**" com fundamento no **art. 25, II c/c art. 13, VI**, ambos da **Lei n. 8.666/93**, e, ainda, nos precedentes da Corte de Contas citados neste parecer e, notadamente, na **Decisão TCU n. 439/1998-Plenário**; e,

II – pela regularidade do Projeto Básico ([0479585](#)), visto que, de acordo com as disposições do **art. 6º, IX da Lei n. 8.666/93**, no que for aplicável, pode ser aprovado pela autoridade superior, para os efeitos do **art. 7º, inciso I, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei de Licitações**.

23. Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93 instrumento **idôneo e suficiente**, para regular a relação contratual, **sendo de boa prática o envio de cópia do Projeto Básico ([0479585](#)) à empresa contratada.**

24. Não obstante isso, diante do valor total do curso, orçado em **R\$ 18.400,00 (dezoito mil e quatrocentos reais)**, cobre um público de **25 (vinte e cinco)** servidores, não havendo redução de custo no caso de não se atingir o total das vagas disponíveis, uma vez que não se trata de curso aberto, no qual o ônus de eventual falta de interessados recai sobre a empresa promotora, mas sim de curso fechado, feito sob encomenda e com custo previamente acertado, **recomenda-se** que este Regional se esmere no intuito de que sejam inscritos no evento **o número total contratado de**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

servidores, tudo com fulcro no **art. 3º da Lei n. 8.666/93** e princípios que regem a Administração Pública, insculpidos no **art. 37 da Carta Magna**.

25. Cabe registrar que, deverão ser atualizadas as certidões que comprovem a regularidade da empresa **Ferrara Consultoria em Relacionamentos Ltda.** antes da efetivação da contratação.

26. Finalmente, com precedente no **Acórdão TCU nº 1336/06-Plenário**, entende-se necessária a publicação na imprensa oficial, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar da dispensa legal.

À consideração da autoridade competente.

Documento assinado eletronicamente por **Camila Trindade da Silva, Estagiário**, em 27/11/2019, às 15:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 27/11/2019, às 15:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002612-82.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL – SEDES

ASSUNTO: Contratação da empresa especializada para a realização do curso "Workshop Playback Theatre".

DESPACHO Nº 6130 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES com vistas a contratar a empresa **FERRARA CONSULTORIA EM RELACIONAMENTOS LTDA CNPJ: 71.737.696/0001-81**, para a realização do curso "**Workshop Playback Theatre**" para 01 (uma) turma de até 25 (vinte e cinco) servidores deste Tribunal, a ser realizado nesta Capital, na modalidade Ensino Presencial, nos dias 09 e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10/12/2019, com carga horária de 16 (dezesseis) horas, conforme agendamento adequado aos participantes e à empresa contratada ([0472236](#)).

O conteúdo do curso está descrito no documento anexado aos autos no evento [0472261](#).

A SEDES elaborou o Projeto Básico [0479585](#) para contratação. Dimensionou o valor por pessoa em R\$ 316,00 (trezentos e dezesseis reais), totalizando R\$ 18.400,00 (dezoito mil e quatrocentos reais), conforme item 4 do referido projeto básico.

Para instruir o feito juntou-se aos autos as certidões negativas da referida empresa: Cadastro no FGTS ([0474290](#)); Tributos Federais ([0474297](#)); Trabalhista ([0474299](#)) e de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ ([0474300](#)).

Em análise do Projeto Básico, a COMAP concluiu por sua regularidade, por se encontrar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da lei nº 8.666/93, pela contratação direta por inexigibilidade de licitação e se manifestou pela adjudicação do objeto à proponente ([0479861](#)).

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária (evento [0479628](#)) no valor de **R\$ 18.400,00** (dezoito mil e quatrocentos reais) e a informação de que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível com o PPA, LDO e LOA.

A AJDG opinou pela possibilidade da contratação direta da referida empresa; pela regularidade do Projeto Básico; pela dispensa da formalização de contrato e sua substituição pela nota de empenho; pela atualização das certidões que comprovem a regularidade da empresa Ferrara Consultoria em Relacionamentos Ltda. antes da efetivação da contratação e pela publicação da dispensa na imprensa oficial ([0481782](#)).

A SAOFC, com fulcro no art. 57, inciso IX, da Resolução TRE/RO nº 06/2015, reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e se manifestou nos termos do Parecer Jurídico AJDG 0482284 ([0482284](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Como bem salientou a Assessoria Jurídica, a Lei Geral de Licitações e Contratos, em conformidade com o disposto no artigo 37, inciso XXI da Carta Magna, disciplina as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) de licitação. Dessa forma, tratando-se de intenção da Administração em contratar serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal – situação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

definida pela 8.666/93 em seu art. 13, inc. VI – tem aplicação, em princípio, a inexigibilidade competitiva prevista no inciso II do art. 25.

Contudo, a regra legal não é genérica, pois estabelece expressamente as situações para as quais entende ser inexigível a licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13 do Código de Licitações, devendo-se, para a qualificação de tais serviços, serem preenchidos dois requisitos gerais: a) natureza singular; b) prestação por profissionais ou empresas de notória especialização.

Verifica-se que está demonstrado, pelos elementos trazidos aos autos, a **singularidade** do evento, visto que o referido curso visa atender necessidade específica desta Justiça Especializada. Bem como a **notória especialização** do profissional a ser contratado cuja formação e qualificações estão descritas em seu currículo (evento [0472261](#)) que revelam sua experiência como instrutor em treinamentos e workshops de teatro.

Ademais, mesmo tratando-se de capacitação que pode ser contratada diretamente, o parágrafo único do artigo 26 da Lei 8.666/93 determina a observância de alguns requisitos legais, aplicáveis a todas as contratações diretas, veja-se:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

[...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

As exigências previstas nos incisos I e IV são inaplicáveis ao caso em exame, já a escolha do fornecedor (II) e a justificativa do preço (III) estão demonstradas de forma satisfatória pelas justificativas expostas nos itens 3 e 4 do referido Projeto Básico ([0479585](#)).

De modo geral, conclui-se que o processo foi devidamente instruído e a documentação carreada aos autos preenchem os requisitos técnicos e legais. Como bem explanado pela Assessoria Jurídica, a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação de serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei Geral de Licitações.

Verifica-se que o evento em tela está em harmonia com o Plano Anual de Capacitação de 2019, sob o [0472261](#), conforme informado pela Chefe da SEDES no item 3 do PB ([0479585](#)).

Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se dispensada a formalização de contrato, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da lei nº 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, esta Diretora Geral **RATIFICA** a situação de inexigibilidade prevista no art. 25, inciso II, da lei nº 8.666/93 e, por conseguinte:

1. Aprova o Projeto Básico SEDES 0479585, pois possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do artigo 6º, da Lei n. 8.666/93;

2. Autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, inciso II c/c inciso VI do art. 13, todos da Lei nº 8.666/93;

3. Adjudica o objeto à empresa Ferrara Consultoria em Relacionamentos Ltda. e autoriza a emissão de Nota de Empenho em favor da empresa supracitada, no valor de **R\$ 18.400,00** (dezoito mil e quatrocentos reais); e

4. Determina a publicação da ratificação da inexigibilidade no Diário de Justiça Eletrônico – DJE e no Diário Oficial da União - DOU, em respeito ao princípio da publicidade, considerando que o valor da contratação situa-se além dos patamares da dispensa legal, nos termos da Decisão TCU n. 1.336/2006 – Plenário.

Ademais, deverá haver atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação, e em atenção a recomendação inserta no item 24 do Parecer Jurídico AJDG [0481782](#), a SGP deverá envidar esforços no trabalho de sensibilização, de modo que sejam inscritos o maior número possível de servidores, tendo em vista se



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

tratar de curso fechado, feito sob encomenda, e que não haverá redução de custos no caso de não se atingir o número total das vagas disponíveis.

À SAOFC para continuidade das ações visando à contratação pretendida.

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 29/11/2019, às 18:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20190229

Disponibilização: 05/12/2019

Publicação: 06/12/2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE

Espécie: Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no artigo 26 da Lei 8.666/93. Contratada: FERRARA CONSULTORIA EM RELACIONAMENTOS LTDA. CNPJ n. 71.737.696/0001-81. Objeto: Realização do curso "Workshop Playback Theatre" para duas turmas de até 25 servidores em cada, no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. O workshop será realizado nos dias 9 e 10/12/2019, com carga horária 16 (dezesesseis) horas, na modalidade de Ensino Presencial, conforme agenda adequada aos participantes e empresa contratada. Fundamento legal para contratação: Art. 25, II c/c o inciso VI do art. 13, ambos da Lei 8.666/93, e Decisão TCU nº 439/98-Plenário. Justificativa: Necessidade de capacitação de servidores do TRE-RO. Declaração de Inexigibilidade: Parecer Jurídico Nº 0481782/2019 - PRES/DG/AJDG, de 27/11/2019, por MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, CPF n. 475.106.849-00, Assessora Jurídica. Ato de autorização da despesa e de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação: Despacho n. 6130/2019 - PRES/DG/GABDG, de 29/11/2019, por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, CPF n. 475.106.849-00, Diretor-Geral do TRE-RO. Nota de Empenho: 2019NE000927, de 02/12/2019, Programa de Trabalho: 02122057020GP0011. Elemento Despesa n. 33.90.39.48. Total: R\$ 18.400,00. Processo: SEI n. 0002612-82.2019.6.22.8000.

Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05/12/2019, às 14:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 02Dez19 NUMERO: 2019NE000927 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 71737696/0001-81 - FERRARA - CONSULTORIA EM RELACIONAMENTOS LTD
ENDERECO : NILO 270 ACLIMACAO
MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO UF: SP CEP: 01533-080
TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, CONFORME PROJETO BÁSICO SEDES(0479585), PARECER DA AJDG(0481782), DESPACHOS NS 6130 DA DG(0482636) E 6154 DA SAOFC(0482940) PROCESSO SEI NR 0002612-82.2019.6.22.8000

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084771 0100000000 339039 000000 AOSA GRAVFO
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE
AMPARO: LEI8666 INCISO: 02 PROCESSO: 00026128220196228000
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART25/02 LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 18.400,00
DEZOITO MIL E QUATROCENTOS REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 48 -SERVICO DE SELECAO E TREINAMEN

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 18.400,00
VALOR DO SEQ. : 18.400,00

CONTRATAÇÃO PARA MINISTRAR CURSO "WORKSHOP PLAYBACK THEATRE" PARA 01(UMA) TURMA DE ATÉ 25 (VINTE E CINCO) SERVIDORES DESTE TRIBUNAL, A SER REALIZADO NESTA NA MODALIDADE ENSINO PRESENCIAL, NOS DIAS 09 E 10/12/2019, COM CARGA HORÁRIA DE 16(DEZESSEIS) HORAS, CONFORME PROJETO BÁSICO SEDES(04795850.

T O T A L : 18.400,00

LIA MARIA ARAUJO
LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

FRANCISCO
PARENTES DA COSTA
FILHO:16251784253

FRANCISCO P. COSTA FILHO
GESTOR FINANCEIRO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 236, sexta-feira, 6 de dezembro de 2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 131.050/17. Termo Aditivo ao Contrato nº 03/18, relativo à prestação de serviços de teleatendimento. CONTRATADA: Rio Minas - Terceirização e Administração de Serviços Ltda. CNPJ: 08.491.164/0001-26. OBJETO: Acréscimo ao valor do contrato, conforme repactuação autorizada para o período de 02/02/2019 a 23/01/2020. VALOR PARA 2019: R\$9.468,50, conforme NE nº 1512/19. VALOR PARA 2020: R\$919,95. ELEMENTO DE DESPESA: 3390.37 - Locação de Mão de Obra. PROGRAMA DE TRABALHO: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral.

ASSESSORIA JURÍDICA

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 2019.0.000056410-9. OBJETO: Inscrição de dois servidores no "Congresso da ABMT Integridade & Equidade Visão do Médico do Trabalho", com carga horária de 16h, nesta cidade. CONTRATADA: Riveira Rio Eventos Ltda. CNPJ: 06.324.213/0001-55 FUND. LEGAL: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. VALOR TOTAL: R\$1.700,00. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Bruno César Andrade de Souza, Diretor-Geral. RATIFICAÇÃO: Desembargador Carlos Santos de Oliveira, Presidente.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

DIRETORIA-GERAL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE COORDENADORIA DE MATERIAL DE PATRIMÔNIO SEÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 8/2019 - UASG 070024

Nº Processo: 0002612-82.2019.6. Objeto: Realização do curso "Workshop Playback Theatre" para duas turmas de até 25 servidores em cada, no TRE-RO. O workshop será realizado nos dias 9 e 10/12/2019, com carga horária 16 (dezesseis) horas, na modalidade de Ensino Presencial, conforme agenda adequada aos participantes e empresa contratada. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Necessidade de capacitação de servidores do TRE-RO. Declaração de Inexigibilidade em 27/11/2019. MARISA LEONARDO DE ARAUJO LIMA DA SILVA, Assessora Jurídica. Ratificação em 29/11/2019. LIA MARIA ARAUJO LOPES, Diretora Geral. Valor Global: R\$ 18.400,00. CNPJ CONTRATADA: 71.737.696/0001-81 FERRARA - CONSULTORIA EM RELACIONAMENTOS LTDA.

(SIDEC - 05/12/2019) 070024-00001-2019NE000005

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

DIRETORIA-GERAL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE RESCISÃO

Termo de Rescisão do Contrato n.º 01/2016; Procedimento Administrativo n.º 0000005-74.2016.6.23.8000; Contratada: Imprensa Nacional. Objeto: Rescisão unilateral, a contar de 01/11/2019. Fundamento Legal: Artigo 78, XII, da Lei nº 8.666/93, nos termos da Decisão 837, em razão disposto no art. 2º da Portaria 207 da Imprensa Nacional; Data da Assinatura: 04/12/2019; Assina, pelo TRE/RR, Alex Caon Fin, Diretor-Geral.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TRE/RR 1TA CT11/2019; SEI 0001634-78.2019.6.23.8000; Contratada: R e V Indústria e Comercio de Material e Serviços de Construções Ltda; Objeto: retificação e alteração quantitativa. Assinatura: 04/12/2019. Pelo TRE/RR: Alex Caon Fin, Diretor-Geral; Pela Contratada: Helton Mota de Sena.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TRE/RR 1TA CT12/2019; SEI 0001210-36.2019.6.23.8000; Contratada: R e V Indústria e Comercio de Material e Serviços de Construções Ltda; Objeto: retificação e alteração quantitativa. Assinatura: 04/12/2019. Pelo TRE/RR: Alex Caon Fin, Diretor-Geral; Pela Contratada: Helton Mota de Sena.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TRE/RR 1TA CT13/2019; SEI 0001211-21.2019.6.23.8000; Contratada: R e V Indústria e Comercio de Material e Serviços de Construções Ltda; Objeto: retificação e alteração quantitativa. Assinatura: 04/12/2019. Pelo TRE/RR: Alex Caon Fin, Diretor-Geral; Pela Contratada: Helton Mota de Sena.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TRE/RR 1TA CT14/2019; SEI 0001212-06.2019.6.23.8000; Contratada: R e V Indústria e Comercio de Material e Serviços de Construções Ltda; Objeto: retificação e alteração quantitativa. Assinatura: 04/12/2019. Pelo TRE/RR: Alex Caon Fin, Diretor-Geral; Pela Contratada: Helton Mota de Sena.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TRE/RR 1TA CT15/2019; SEI 0001207-81.2019.6.23.8000; Contratada: R e V Indústria e Comercio de Material e Serviços de Construções Ltda; Objeto: retificação e alteração quantitativa. Assinatura: 04/12/2019. Pelo TRE/RR: Alex Caon Fin, Diretor-Geral; Pela Contratada: Helton Mota de Sena.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TRE/RR 1TA CT16/2019; SEI 0001213-88.2019.6.23.8000; Contratada: R e V Indústria e Comercio de Material e Serviços de Construções Ltda; Objeto: retificação e alteração quantitativa. Assinatura: 04/12/2019. Pelo TRE/RR: Alex Caon Fin, Diretor-Geral; Pela Contratada: Helton Mota de Sena.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TRE/RR 1TA CT18/2019; SEI 0001215-58.2019.6.23.8000; Contratada: R e V Indústria e Comercio de Material e Serviços de Construções Ltda; Objeto: retificação e alteração quantitativa. Assinatura: 04/12/2019. Pelo TRE/RR: Alex Caon Fin, Diretor-Geral; Pela Contratada: Helton Mota de Sena.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: Algar Soluções em TIC S/A. CNPJ da Contratada: 22.166.193/0001-98. Objeto: Termo Aditivo n. 172/2019, referente ao Contrato n. 094/2014, cujo objeto é o fornecimento e instalação de link (enlace) de acesso à Internet. (prorroga o prazo de vigência até 01/02/2020). Fundamento legal: Lei n. 8.666/1993. Data da assinatura: 28/11/2019. Pregão n. 131/2014.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: Linha Livre Internet Ltda. EPP. CNPJ da Contratada: 04.324.565/0001-85. Objeto: Termo Aditivo n. 165/2019, referente ao Contrato n. 096/2014, cujo objeto é o fornecimento e instalação de link (enlace) de acesso à Internet (registra a renúncia da Contratada ao direito de reajustamento do valor da contratação referente ao período de 01/10/2018 a 30/09/2019). Fundamento legal: Lei n. 8.666/1993. Data da assinatura: 07/11/2019. Pregão n. 131/2014.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: Linha Livre Internet Ltda. EPP. CNPJ da Contratada: 04.324.565/0001-85. Objeto: Termo Aditivo n. 173/2019, referente ao Contrato n. 096/2014, cujo objeto é o fornecimento e instalação de link (enlace) de acesso à Internet. (prorroga o prazo de vigência até 01/02/2020). Fundamento legal: Lei n. 8.666/1993. Data da assinatura: 28/11/2019. Pregão n. 131/2014.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: Algar Soluções em TIC S/A. CNPJ da Contratada: 22.166.193/0001-98. Objeto: Termo Aditivo n. 164/2019, referente ao Contrato n. 094/2014, cujo objeto é o fornecimento e instalação de link (enlace) de acesso à Internet (registra a renúncia da Contratada ao direito de reajustamento do valor da contratação referente ao período de 01/10/2018 a 30/09/2019). Fundamento legal: Lei n. 8.666/1993. Data da assinatura: 07/11/2019. Pregão n. 131/2014.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: VIS Desenvolvimento de Liderança Ltda. CNPJ da Contratada: 03.533.967/0001-27. Objeto: Termo Aditivo n. 168/2019, referente ao Contrato n. 070/2019, cujo objeto é a realização do curso "Conflito e Comunicação Não-Violenta", em formato EAD - Ensino a Distância (altera o período de realização do curso para novembro de 2019 a março de 2020, o cronograma de pagamento e a vigência do ajuste). Fundamento legal: Lei n. 8.666/1993. Data da assinatura: 27/11/2019. PAE n. 27.212/2019.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: BrasilRecruta Mão de Obra EIRELI EPP. CNPJ da Contratada: 07.593.524/0001-82. Objeto: Termo Aditivo n. 174/2019, referente ao Contrato n. 090/2016, cujo objeto é a prestação de serviços de movimentação de móveis e equipamentos e de pequenas manutenções em mobiliário, para os Edifícios Sede, Anexo I e II deste Tribunal, o Depósito de Urnas e de Móveis, o Almoxarifado e os Cartórios Eleitorais de todo o Estado (repactuação). Novo valor mensal estimado: R\$ 17.540,94, a partir de 01/05/2019. Fundamento legal: Lei n. 8.666/1993. Data da assinatura: 29/11/2019. Pregão n. 086/2016.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2019 - UASG 70020

Nº Processo: 40.075/2019. Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar a manutenção da fachada do Edifício Sede do TRESC. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 06/12/2019 das 12h00 às 17h00. Endereço: Rua Esteves Junior, 80, Centro - Florianópolis/SC ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70020-5-00071-2019. Entrega das Propostas: a partir de 06/12/2019 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 19/12/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital, o Projeto Básico / Termo de Referência e demais documentos também estão disponíveis no site www.tre-sc.jus.br (Transparência - Contas Públicas - Licitações - Pregões - 2019).

HELOISA HELENA BASTOS SILVA LUBKE
Coordenadora de Julgamento de Licitações

(SIASgnet - 05/12/2019) 70020-00001-2019NE000115

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/2019 - UASG 70020

Nº Processo: 40035/2019. Objeto: Contratação de empresa especializada para a adequação e ampliação do hall do Edifício Sede do TRESC. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 06/12/2019 das 12h00 às 17h00. Endereço: Rua Esteves Junior Nr. 80, Centro - Florianópolis/SC ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70020-5-00071-2019. Entrega das Propostas: a partir de 06/12/2019 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 19/12/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital, o Projeto Básico / Termo de Referência e demais documentos também estão disponíveis no site www.tre-sc.jus.br (Transparência - Contas públicas - Licitações - Pregões - 2019).

HELOISA HELENA BASTOS SILVA LUBKE
Coordenadora de Julgamento de Licitações

(SIASgnet - 05/12/2019) 70020-00001-2019NE000115

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

DIRETORIA-GERAL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Nº Processo: SEI 0055188-75.2018.6.26.8000 - DLF 45/2018 - CONTRATADA: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA - OBJETO: alterar o índice de reajuste do contrato para IPCA (IBGE), conforme anuência da contratada, bem como consignar o reajuste de preço relativo ao elevador instalado no Cartório da 398ª Zona Eleitoral - Vila Jacú, concedido a partir de 09/10/2019. Em consequência, alteram-se a alínea "e" e o parágrafo 3º da cláusula V e o caput da cláusula VIII - DATA DE ASSINATURA: 27/11/2019 - SIGNATÁRIOS: O Secretário de Administração de Material do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, Senhor Alessandro Dintof e a Senhora Márcia Regina Munhoz de Resende e o Senhor Jorge Ricardo Cruz, pela Contratada.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05302019120602012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.202-2 de 24/08/2001,
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

